



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

## **INDÚSTRIA PARANAENSE: FORMAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA A PARTIR DA DÉCADA DE 1960 E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Sonia Mar dos Santos Migliorini<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este artigo tem por propósito apresentar uma visão geral do processo de industrialização contemporâneo do Estado do Paraná, no contexto das transformações econômicas que ocorreram na dinâmica espacial da economia brasileira. Coloca em pauta a formação industrial contemporânea do Estado, ocorrido a partir de iniciativas governamentais concretizada na criação execução do Projeto de Desenvolvimento Industrial do Paraná, na década de 1960; as transformações ocorridas na base produtiva do Estado após a década de 1960 dando destaque a modernização do setor agropecuário e conseqüente desenvolvimento de unidades agroindustriais (que foram de grande importância para a economia paranaense e para a formação do parque industrial do Estado, especialmente nas décadas de 1970 e 1980), e a implantação e desenvolvimento, no Estado do Paraná de setores mais modernos da economia brasileira, com maior teor tecnológico, que aos poucos foram tornando-se os maiores responsáveis pela geração de renda do Estado. Também será realizada uma breve abordagem sobre a distribuição geográfica da indústria paranaense e de seus consecutivos ramos entre as Mesorregiões do Estado no início do século XXI.

**PALAVRAS-CHAVE:** desenvolvimento industrial; estado do Paraná, distribuição espacial.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Geografia (UFPR) – e-mail: soniamigliorini@bol.com.br

**INDUSTRY PARANAENSE: FORMATION, FROM THE 1960 SPACE DISTRIBUTION AND ECONOMIC TRANSFORMATION DÉDACA OF THE INDUSTRY AT THE BEGINNING OF CENTURY XXI**

**ABSTRACT**

This article has for intention to present a general vision of the industrialization process contemporary of the State of the Paraná, in the context of the economic transformations that had occurred in the space dynamics of the Brazilian economy. Contemporary of the State places in guideline the industrial formation, occurrence from governmental initiatives materialize in the creation execution of the Project of Industrial Development of the Paraná, in the decade of 1960; the occurred transformations in the productive base of the State after the decade of 1960 giving have detached the modernization of the farming sector and consequent development of agro-industrial units (that they had been of great importance for the paranaense economy and the formation of the industrial park of the State, especially in the decades of 1970 and 1980), and the implantation and development, in the State of the Paraná of more modern sectors of the Brazilian economy, with bigger technological text, that the few the responsible greater for the generation of income of the State had been becoming. Also one brief boarding on the geographic distribution of the paranaense industry and its consecutive branches between the Mesorregiões of the State at the beginning of century XXI will be carried through.

**KEY WORDS:** Industrial development, State of the Paraná, space distribution.

## 1. INTRODUÇÃO

A economia paranaense, nas décadas recentes, vem passando por uma série de mudanças em função de novas configurações na base produtiva que, conforme o Ipardes (2003a, p.01), acabam por produzir efeitos visíveis na dinâmica social, econômica e espacial. No entanto, até chegar a esse estágio, a indústria, no referido Estado, passou por várias etapas e foi, paulatinamente, modernizando-se e ajustando-se às mudanças econômicas instauradas em âmbito nacional.

A base econômica e industrial do Estado até a década de 1960 estava atrelada ao ciclo de exploração e beneficiamentos de produtos naturais, com grande carência de mercados dinâmicos, infra-estrutura, disponibilidades de capitais privados para investimentos industriais e sistemas de apoio e financiamentos para à inversão produtiva. No entanto, a partir da década de 1960, com a intervenção do Estado no desenvolvimento econômico paranaense a realidade começa a mudar. Na década de 1960, com a criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), são possibilitados os recursos físicos e financeiros para a construção da infra-estrutura básica do Estado.

Com a oferta de infra-estrutura básica, incentivos governamentais e fiscais, na década de 1970, após a modernização da agropecuária e da transferência de plantas industriais de outras regiões do País, o parque industrial do Estado tem um salto quantitativo. Já na década de 1980 o ritmo de crescimento diminui em função da crise nacional, mas os avanços do parque industrial do Estado são de ordem qualitativa. Na década de 1990, especialmente no segundo lustro, com a retomada do crescimento econômico brasileiro e do fortalecimento da moeda, a base produtiva paranaense passa por uma reestruturação e modernização, ampliando-se e diversificando-se, evidenciando-se no Estado um movimento tendencioso de mudança de uma base industrial centrada nos setores tradicionais para setores tecnológicos. Também se torna mais evidente, nessa década, a concentração espacial da industrial paranaense.

Esse artigo está dividido em três partes: na primeira parte, para melhor apreender as transformações econômicas ocorridas a partir da década de 1960, faremos uma breve abordagem sobre os ciclos de exploração econômica do Estado (erva-mate, madeira e café), que até a década de 1960 eram os setores de maior importância na economia paranaense. Ainda nesta primeira parte faz-se necessário desenvolver uma análise sobre o Projeto de Desenvolvimento Industrial do Estado criado através de ações do governo Paranaense, com o objetivo de transformar a base produtiva do Estado. Posteriormente, na segunda parte do trabalho, a análise se volta para a consolidação e diversificação da base industrial do Paraná ocorrida nos anos de 1970 e 1980, à luz das políticas econômicas nacionais. Por fim, estaremos enfocando a década de 1990 e o período atual, momento em que ocorre um ajustamento estrutural e uma maior dinamização do parque industrial do Estado e acentua-se a concentração do desenvolvimento industrial em algumas regiões do Estado.

## 2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS E O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1960

Até meados do século XX, o desenvolvimento econômico e industrial do Paraná apresentou crescimento lento e ligado aos ciclos de exploração e beneficiamento de produtos naturais para exportação.

O primeiro ciclo de exploração do Estado foi o ciclo da erva-mate, que segundo Oliveira (2001, p.28), já no início do século XIX começou a ser explorada e passou a ser o principal produto de exportação do Estado. A erva-mate gerou o desenvolvimento

de um expressivo crescimento de atividades ligadas a seu suporte<sup>2</sup>. Esse processo proporcionou forte impulso também ao conjunto da economia, perdurando até início do século XX (década de 1920) quando o ciclo do mate começa a entrar em declínio e, em conseqüência entram em decadência também os setores dedicados a seu suporte. A partir dos anos de 1930 o ciclo da erva-mate é substituído pelo ciclo da madeira que passa a ser o setor econômico mais importante da economia paranaense.

A extração da madeira e suas indústrias correlatas, papel, papelão mobiliário, etc, segundo Oliveira (2001, p.30), passaram a fazer parte da paisagem econômica de grande número de municípios paranaenses. A indústria madeireira e suas indústrias correlatas, empregava a maior parte dos trabalhadores do setor indústria e, ao mesmo tempo disseminava a industrialização pelo interior do Estado, mais ainda à medida que iam sendo colonizadas as terras das regiões Norte e Sudoeste do Paraná.

Já na década de 1940, com a colonização do chamado Norte Novo e o conseqüente aumento das lavouras de café, esse passou a ser o produto de maior importância da economia paranaense e desbancou os outros itens da pauta de exportação do Estado. Com o boom cafeeiro iniciado na década de 1940, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP (2006, p. 03), a indústria de uma forma geral perdeu o peso relativo que até então detinha no Estado.

O rápido crescimento dos cafezais paranaense entre (1947 a 1959), segundo Padis (1981, p. 193), ocorreu, em grande parte, resultante da expansão da cafeicultura paulista. Do Estado de São Paulo se dirigiram para o Paraná grande contingente de mão-de-obra e parte do capital necessário à implantação da atividade cafeeira.

O cultivo do café no estado do Paraná teve grande contribuição para a colonização e povoamento do Estado. A colonização do chamado Norte Novo (abrangendo desde Cornélio Procópio até a região de Londrina) que teve sua estrutura fundiária constituída em pequenos lotes e em sua grande maioria destinada ao plantio de café, segundo Oliveira (2001, p.33), trouxe para essa região um grande contingente populacional, causando importantes efeitos sobre a estrutura demográfica e econômica do Paraná. Isso fez com que a população paranaense dobrasse entres os anos de 1940 e 1950. Em 1960, conforme Oliveira (2001, p. 34), com a ocupação da região conhecida como Norte Novíssimo no Noroeste do Estado, que também se realizou sob o estímulo da cafeicultura, o processo se completou, dobrando novamente o número populacional entre os anos de 1950 e 1960, mantendo o ritmo de crescimento até 1970, quando o número de habitantes no estado do Paraná chegou a 6.929.868.

Já no que se refere a contribuição do ciclo cafeeiro para a industrialização do Estado, os efeitos foram o inverso do que ocorreu com a formação sócio-espacial. A principal causa, segundo Oliveira (2001, p.45), era a falta de conexões econômicas das populações das regiões Norte Novo e Norte Novíssimo com o estado do Paraná. A população dessas regiões não só adquiriam produtos industrializados e de consumo em São Paulo, como exportavam o café que produziam pelo Porto de Santos. Em função da ligação que a população das regiões do Norte Novo e Norte Novíssimo tinham com o Estado de São Paulo, conforme Padis (1981, p.193 e 194), a renda gerada pelo café produzido no Paraná que não era reinvestida no próprio setor cafeeiro era transferida para o estado de São Paulo. E assim, não se criava condições para a diversificação da produção dentro do Estado do Paraná, principalmente no que se refere ao setor industrial do Estado.

Como o estado do Paraná se encontrava extremamente carente de infra-estrutura, conforme Padis (1981, p. 194), “dada a precariedade das vias de comunicação, baixíssima produção de energia elétrica, a falta de armazéns e silos, o total

---

<sup>2</sup> “A manutenção e funcionamento dos engenhos e a embalagem e transporte da erva requeriam considerável soma de empresas voltadas para áreas como metalurgia, madeireira e gráfica” (OLIVEIRA, 2001, p.28).

desaparelhamento de seus portos e, sobretudo, a insignificância do setor secundário da economia” com os primeiros sinais de esgotamento do ciclo cafeeiro no início da década de 1960<sup>3</sup>, a renda gerada no Estado não encontrava muitas alternativas de investimento e com isso ocorreu a evasão da renda gerada pela cafeicultura no Paraná para outras regiões do País.

Portanto, a cafeicultura paranaense, no mesmo tempo em que foi a maior responsável pela rápida transformação econômica registrada no Estado, em razão da forma como se desenvolveu e se estruturou, criou barreiras e limitações no aparecimento de outras atividades econômicas, especialmente industriais (PADIS, 1981, p. 194).

Diante disso pode-se afirmar que no Paraná o Café teve uma expressão diferente do que ocorreu no Estado de São Paulo. Enquanto no Estado de São Paulo a renda desnecessária para os reinvestimentos nas lavouras de café e em outros produtos agrícola era investido nos setores industriais do próprio estado, no Paraná, a renda excedente se direcionava para fora do Estado, principalmente para o estado de São Paulo, pois, segundo Padis (1981, p.195), na época de maior importância da cafeicultura no Paraná (1947 a 1959), no Estado de São Paulo já havia se desenvolvido uma base industrial bastante diversificada e a demanda por produtos industrializado no estado do Paraná, especialmente os bens de consumo não duráveis já era plenamente atendida pela indústria paulista.

Com o declínio da cafeicultura por conta dos fatores já mencionados e de ordem climática e migratória, novas culturas surgiram na região do Norte Velho e Norte Pioneiro, com destaque para o algodão nas regiões do Assaí. Essa situação de desvantagem comparativa do Estado do Paraná devido a vulnerabilidade da cultura do café em face das ameaças anual das geadas, e da mesma forma das outras culturas agrícolas que vinha sendo desenvolvida no Estado que ficavam a mercê das secas ou dos longos períodos de estiagem, quando não eram favorecidas pelas condições climáticas, preocupou a elite local que começam a repensar o papel do Estado na Divisão Nacional do Trabalho.

Surge, então, no início da década de 1960, o Projeto de Desenvolvimento Industrial do Paraná que visava:

Planejar o desenvolvimento, através de uma atuação centralizada voltada para a criação de infra-estrutura em transporte e energia, financiamento de projetos industriais privados e racionalização do aparato administrativo do Estado.

Na verdade, pensa-se a ação estadual nos quadros do nacional-desenvolvimentismo (...). O estadualismo, a ufania paranista ou, apenas, o paranismo, apresentam-se nesse momento como dimensão política do modelo paranaense, readequando no plano do Estado uma ideologia então dominante em termos nacionais (LEÃO, 1989, p.20 Apud MILWARD, 1999, p.09).

A partir do Projeto de Desenvolvimento Industrial do Estado, foram criadas e revitalizadas um aparato de empresas estaduais destinadas a atuar em diversos setores como economia e finanças, energia elétrica, telecomunicações, serviços

---

<sup>3</sup> O esgotamento do ciclo cafeeiro iniciado na década de 1960 no Paraná ocorreu, segundo Padis (1981, p. 194), em função do excesso de oferta desse produto no mercado nacional e mundial ocasionado pela expansão da área plantada no Brasil e em outros países que culminou na queda do preço do café. Acrescenta-se a isso, a política do governo Juscelino Kubistchek (1955 a 1961), de confisco cambial dos lucros dos cafeicultores que exportavam.

públicos. Entre as empresas criadas nessa época pelo Estado, conforme Milward (1999, p.08), podemos citar: Banco do Estado do Paraná (BANESTADO); Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR); que foi transformada, posteriormente, em Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP); Companhia Paranaense de Silos e Armazéns (COPASA); Campanha Agropecuária de Fomento Econômico; Campanha Paranaense de Eletricidade (COPEL); A Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR); Companhia de Informática do Paraná (CELEPAR), Campanha de Telecomunicações do Paraná (TELEPAR); Fundo de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR); Campanha de Habitação Paranaense (COHAPAR), além de outras. Também foi instituído na década de 1960 o principal mecanismo de financiamentos do desenvolvimento industrial do Estado: o Fundo de Desenvolvimento Estadual (FDE), gerido pela CODEPAR.

Desta forma, o governo do Estado, movido pela ideologia desenvolvimentista da época, toma para si a responsabilidade de promover a industrialização do Paraná e começa a assumir um novo papel, o de agente propulsor da industrialização na esfera tanto do planejamento como do financiamento e estímulo ao investimento privado, assim como, investidor direto em setores pouco dinâmico e atraentes ao interesse da iniciativa privada.

Com a criação da CODEPAR, alavancada pelo FDE, conforme Lourenço (1999, p.02), foi possibilitado os recursos físicos e financeiros para a construção da infraestrutura básica do Estado. As infra-estruturas priorizadas nesse período compreenderam o aumento da oferta de energia elétrica, a modernização das telecomunicações, adequação do porto de Paranaguá construção de rodovias, e ferrovias. Embora o discurso fossem industrializante a ênfase escolhida foi a criação de infra-estruturas propícia a industrialização. A malha rodoviária teve prioridade, cuja função principal era escoar a produção agrícola o que começa a assentar as bases da chamada vocação agro-industrial do Estado. Vale lembrar que boa parte dos recursos transferidos para a implantação da infra-estrutura do Estado na década de 1960 era proveniente da agricultura, atividade econômica mais expressiva da época.

As iniciativas de financiamentos da CODEPAR também foram dirigidas para o financiamento direto às indústrias. Inicialmente o Estado tentou reproduzir o modelo de industrialização adotado pelo conjunto do País como um todo – industrialização por substituição de importação - e da mesma forma que havia ocorrido no País, iniciou uma base industrial votada para indústrias produtoras de bens de consumo imediato (indústrias ligadas ao setor tradicional), no intuito de formar cadeias produtivas transformadora dos produtos agrícolas do próprio Estado. No entanto, segundo Oliveira (2001, p.52), o apoio da CODEPAR no financiamento às empresas industriais não teve o mesmo êxito que teve no financiamento da infra-estrutura.

A ambição de se criar um capitalismo industrial de origem paranaense e de cunho democrático levou a empresa a restringir a concessão de seus financiamentos apenas a indústria localizada no Estado, ou que se dispusessem a transferir suas sedes para cá, e, mais ainda, que não se constituíssem em monopólios. O importante era garantir a auto-suficiência industrial do Paraná, abolindo-se a necessidade de se “importar” tais produtos de São Paulo (OLIVEIRA, 2001, p.52).

Dessa forma, os financiamentos concedidos pela CODEPAR acabaram por privilegiar as indústrias de bens de consumo imediato, principalmente as indústrias ligadas à transformação de produtos agropecuários. No entanto, conforme Oliveira (2001, p. 53), tal ramo de atividade estava fortemente exposto a concorrência nacional e internacional. Segundo Padis (1981, p. 199), já em 1953, a participação da produção interna na oferta total dos ramos tradicionais (bens de consumo imediato) variava entre

96 e 100 por cento, indicando que o processo de substituição de importações nessa área já estava praticamente concluído. Além disso, conforme Brum (2000, p.315) a economia brasileira passou, entre 1961 e 1967, por um ciclo depressivo em função de, entre outros, três grandes problemas: déficit crônico no balanço de pagamentos; a estagnação do crescimento econômico e inflação alta.

Diante da deterioração econômica e das incertezas, conforme Brum (2000, p.259/260), os empresários se retraíram, reduzindo os investimentos tanto privado quanto público, este último por falta de recursos, pois, o Banco Mundial (Bird) recusa-se a aprovar novos créditos ou liberar créditos já aprovados, sem antes o governo implantar um plano consistente de estabilização econômica. Em face da retração do mercado, em função do aumento do desemprego e do poder de compra dos salários, a indústria instalada no País passou a trabalhar com crescente capacidade ociosa.

Em razão dessa crise a indústria paulista, com alta capacidade ociosa, já possuindo uma economia nacional mais integrada vai buscar em outros locais mercado para seus produtos e assim, segundo Padis (1981, p.200), avança sobre o estado do Paraná fazendo com que muitas indústrias paranaenses não resistissem a concorrência e falissem – caso de várias indústrias de óleos vegetais e de alguns frigoríficos que encerraram suas atividades pouco depois de iniciá-las - e as que sobreviveram à crise tiveram muitas dificuldades em pagar os financiamentos concedidos pelo Estado.

Após a transformação da CODEPAR em Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP), em 1968, segundo Oliveira (2001, p.53), ocorreu uma reorientação dos financiamentos destinados à industrialização do Estado. O BADEP, a partir do início década de 1970, em suas políticas de financiamentos priorizou as indústrias que possuíam uma dimensão na sua escala de produção capaz de suportar a concorrência, bem como empresas que o Estado apresentava evidentes vantagens comparativas com relação a outros estados brasileiros, abriu espaço, então, para a instalação de grandes empresas, pertencentes a setores oligopólios, de capital estrangeiros ou a ele associadas. Neste novo enfoque as empresas de bens de capital e bens intermediários, que afeta a indústria pesada e a própria agroindústria foram dois setores privilegiados.

A priorização desses dois setores se justifica pelas políticas de desenvolvimento nacional da época. Nesse período (década de 1970), o governo federal deu continuidade ao processo de substituição de importação e os setores industriais priorizados foram justamente os setores de bens de capital e bens intermediários. No caso das agroindústrias foram relevadas as vantagens comparativas das quais era detento o Estado do Paraná, em função de sua vocação agropecuária.

Além disso, o redirecionamento pela qual passaram as políticas de financiamentos à produção do Estado, segundo Oliveira (2001, p.53), também pode ser entendido a partir de fatores impostos pelo contexto institucional vigente na ditadura militar que o País passava naquele período. A maior parte das arrecadações de impostos, com a reforma de 1966 concentrou-se na esfera federal. Desta forma, o BADEP, ao contrário da CODEPAR que era sustentada através das arrecadações estaduais, dependia em larga medida do repasse de recursos autorizados no plano federal ou captado no exterior.

### **3. DÉCADAS DE 1970 E 1980: CONSOLIDAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA BASE INDUSTRIAL**

Nas décadas de 1970 e 1980 o Estado do Paraná observou expressiva mudança em sua base produtiva. Na década de 1970, o Estado do Paraná obteve uma maior

integração da economia de suas regiões na economia do Estado e da mesma forma ocorreu uma maior integração da economia estadual na economia nacional.

A elevação das taxa de investimentos à nível nacional, as vantagens infra-estruturais criadas na década de 1960, juntamente com a consolidação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) no primeiro lustro da década de 1970 e a dinâmica agrícola do Estado, que possuía grande capacidade de responder rápida e positivamente as políticas de estímulos e da associação indústria/agricultura (cooperativismo e produção integradas), propiciaram ao Estado do Paraná, segundo Oliveira (2001, p.53), um verdadeiro boom econômico nos anos de 1970.

Nessa década a economia paranaense observou forte dinamismo e diversificação, através da modernização do setor agropecuário e da atração de plantas industriais de outros estados do País.

Com a modernização da agropecuária e a simultânea diversificação da base produtiva se desenvolveu no Estado uma cadeia agroindustrial que se tornou o setor mais dinâmico da economia paranaense na década de 1970. A modernização da agropecuária proporcionou uma grande expansão da cultura do trigo e da soja enquanto que o café e o algodão, que já vinham apresentando declínio, após a modernização da agricultura perderam importância relativa na renda do Estado. O cultivo da soja no Paraná, segundo Kruger (2004, 266), desencadeou o desdobramento de uma extensa cadeia produtiva, caracterizada pela transformação da proteína vegetal em proteína animal. Através do esmagamento da soja era gerado óleo e farelo. Este último misturado com milho e ingredientes químicos permitia a produção de ração para a alimentação animal.

Segundo Moeckel et al (1998, p.18), na década de 1970 “a lavoura empresarial passou a substituir as culturas alimentares de subsistência e as unidades familiares de produção rural”. Os produtores se articularam em torno de grandes cooperativas e formou-se no Estado grandes complexos agro-industriais (com participação inclusive de capital internacional) consolidando interesses em torno da pecuária de carne, da pecuária do leite, da produção e beneficiamento dos cereais e das oleoginosas, do fumo, do açúcar e do álcool.

Na década de 1970, também, influenciado pela conjuntura econômica nacional e internacional começa a se consolidar no Estado um incipiente desenvolvimento de setores dinâmicos da economia, amplamente articulado com a economia nacional e mundial.

O início da década de 1970, segundo Milward (1999, p.15), dava seqüência ao grande impulso do processo de transnacionalização da produção iniciada nos anos de 1950, com a localização de plantas industriais fora dos países desenvolvidos, buscando atender aos mercados mundiais e recuperar as perdas da margem de lucro (fuga dos altos salários, legislações ambientais, etc.). Como o Brasil nesse período estava atravessando uma ótima fase econômica (o chamado milagre econômico) se constituía em uma área econômica e politicamente vantajosa para a instalação dessas plantas industriais.

A melhor localização do País, era sem dúvida a capital paulista e sua área metropolitana. Conforme, Milward (1999, p.16), “Lá estava o maior e mais dinâmico mercado consumidor de bens intermediários e finais, o maior e mais completo parque de fornecedores, os bolsões de mão-de-obra, os recursos financeiros e a mais adequada estrutura urbana”. No entanto, na década de 1970, São Paulo observou o surgimento de deseconomias de aglomeração (estrangulamento da infra-estrutura, valorização fundiária, legislação ambiental, altos salários, movimentos sindicais, etc.), que implicaria custos para a expansão e instalação de novas plantas industriais.

Além disso, na década de 1970 o governo federal desenvolveu políticas de desconcentração regional da indústria brasileira. Na meada da década de 1970 foi

desenvolvido o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), implantado entre 1975 e 1979, com o objetivo, segundo Diniz Filho (2000, p.69), de consolidar a estratégia de substituição de importação, através de investimentos públicos dirigidos principalmente à matriz energética do País e para a expansão dos setores de bens de capital e de bens intermediários, e ao mesmo tempo aumentar a participação do Brasil no comércio, internacional. Neste Plano foi estabelecido, pelos governos militares estratégias de integração e ocupação do território nacional como forma de direcionar o crescimento, expandir a fronteira econômica e consolidar novos núcleos dinâmicos da indústria. Para isso foi realizada, entre outras, uma política de desconcentração industrial, visando promover maior equilíbrio entre as metrópoles (São Paulo, Rio de Janeiro, e Belo Horizonte) e ainda criar novos pólos industriais no Sul do País.

Em virtude dessa política, na década de 1970 a indústria brasileira num clima de instalação de novas plantas e necessidade de expansão das antigas, inicia um movimento espacial de desconcentração liderada por uma segunda onda de investimentos multinacionais no País e por inversões estatais. Os novos centros visados para a instalação das indústrias, conforme Milward (1999, p.24), eram os que apresentavam as economias de aglomeração (mão-de-obra barata e abundante, proximidades do mercado fornecedor e consumidor, facilidade de comunicação e bom acesso de transporte, disponibilidade de energia, etc.), e que ainda não apresentavam as deseconomias de aglomeração.

Assim, como o estado do Paraná, no início da década de 1970 já estava dotado de um bom aparato tecnológico e infra-estrutural, como já foi assinalado anteriormente, e apresentava relativa proximidade geográfica do com os grandes centros do País, especialmente com o estado de São Paulo, e ainda, o governo estadual vinha trabalhando no sentido de atrair novos investimentos através de incentivos fiscais e governamentais, se deslocou para o Estado, principalmente para o município de Curitiba, grandes indústrias internacionais, como a New Holland (colheitadeiras e tratores), Phillip Morris (fumo), a Robert Bosch (injetores e diesel), e a Volvo (ônibus e caminhões), entre outras. E, além da chegada das indústrias de capital e de consumo duráveis no Estado durante a década de 1970 ocorreu, ainda, o avanço da indústria de papel e celulose e a constituição de um parque cimenteiro.

Assim, a década de 1970 pode ser considerada como um marco na mudança da base econômica do Paraná, e a época em que começa a se consolidar o processo de industrialização contemporânea do Estado, com o incipiente desenvolvimento de setores dinâmicos amplamente articulados à economia nacional e mundial. Conforme Fortes Junior (2005, p.83), na década de 1970, a base produtiva do Estado apresentou forte dinamismo, ocorrendo uma elevação nas taxa de crescimento de sua economia que chegou a 13% ao ano, enquanto a economia brasileira registrava um crescimento anual de 8,6%. Dessa forma, a participação do Paraná no Produto Interno Bruto (PIB), até os anos 1980, elevou-se, como pode ser observado na tabela 1.

TABELA 1 – PARTICIPAÇÃO DO PIB DO PARANÁ NO PIB DO BRASIL NOS ANOS DE 1970/ 1980/ 1985/ 1987 E 1989.

<b>Ano</b>	<b>Participação (%)</b>
1970	<b>5,5</b>
1980	<b>6,3</b>
1985	<b>5,7</b>
1987	<b>5,5</b>
1989	<b>5,6</b>

Fonte: IPARDES, 1991/FORTES JUNIOR, 2005, p.83.

A década de 1980 pode ser caracterizada como uma década de crise. Nessa década, também chamada de “Década Perdida”, pelo fato do Brasil ter vivido uma das suas maiores crises econômicas que teve rebatimento em praticamente todas as unidades da Federação, o ritmo de crescimento estadual diminuiu em relação a década anterior.

A estagnação da economia brasileira na década 1980, que prosseguiu até os primeiros anos da década de 1990, teve em sua raiz, segundo Brum (2000, p. 425), duas razões básicas: o esgotamento do projeto de desenvolvimento por substituição de importação, implantado no Brasil a partir da década de 1930; e a falta de um novo projeto de desenvolvimento nacional.

O esgotamento das possibilidades dos governos militares de continuar sustentando a expansão econômica do País dentro dos padrões vigentes, segundo Brum (2000, p. 426-434), não teve um única causa e sim um encadeamento de fatores, tais como: esgotamento da matriz industrial (processo de substituição de importação), em razão do parque industrial existente no Brasil no início da década de 80 possuir uma base relativamente sólida; crise da dívida externa em decorrência da suspensão do crédito ao Brasil; redirecionamento do capital internacional para os países centrais, devido ao endividamento dos Países em desenvolvimento, e falência financeira do Estado brasileiro.

Com o desencadeamento desses fatores, juntando-se a inexistência de um Novo Projeto de Desenvolvimento Nacional que substituísse ao que se esgotava o País ficou sem saber que rumo tomar durante mais de uma década.

Como consequência dessa crise, poucos foram os segmentos dinâmicos na economia brasileira nos anos de 1980, destacando-se, conforme Castro e Vasconcelos (1999, p.10), a extração de petróleo e PROÁLCOOL; mecânica leve e máquinas agrícolas; minerais não metálicos, siderurgia, metalurgia, papel e papelão; carne, soja, suco de laranja, na agroindústria. No final da década de 1980 no Brasil havia um forte processo de atraso tecnológico e grande demanda reprimida em infra-estrutura básica.

Em decorrência da crise que atingiu a economia brasileira da década de 1980, a economia paranaense, embora de maneira mais branda, teve uma desaceleração de seu crescimento. Porém, neste período ocorreu uma ampliação e diversificação da indústria do Estado, e o PIB paranaense, segundo Verri e Gualda (2001, apud FORTES JUNIOR, 2005, p. 84/85), cresceu 5,7% ao ano em média, enquanto o PIB brasileiro cresceu em torno de 2,9%. A economia estadual na década de 1980 se insere de maneira mais acentuada na economia nacional e internacional.

A agropecuária, segundo Castro e Vasconcelos (1999, p.10), “consolida seu processo de organização espacial” no Estado, intensifica sua produção através do incremento de produtividade e diversifica significativamente a produção com o cultivo de novos produtos como a cana-de-açúcar, ovos e aves redefinindo seus produtos na pauta da produção agropecuária estadual. E, ainda, consolida as grandes culturas em áreas apropriadas e aumenta a participação dos grandes e médios produtores rurais na oferta agrícola do Estado.

A pauta de produtos torna-se mais equilibrada, o que se deve ao papel desempenhado pelas agroindústrias de matérias-primas; aos avanços tecnológicos aliados a bons preços internacionais; aos avanços dos serviços de apoio à produção e comercialização agrícolas; e ao desempenho das cooperativas como elemento empresarial do estado (CASTRO e VASCONCELOS, 1999, p.11).

Nos anos de 1980, a indústria paranaense, assim como ocorreu com a agropecuária, evoluiu numa dinâmica ligada às atividades mais modernas da economia brasileira e de implantação recente. Conforme Castro e Vasconcelos (1999, p.11), os

setores mais dinâmicos da economia, com maior conteúdo tecnológico, como, material elétrico e de comunicação (atuando no segmento de equipamentos eletrônicos para tratamento de informações) mecânica (mecânica leve e máquinas agrícolas), papel e papelão, química (álcool) e material de transporte (caminhões), aumentaram visivelmente a participação na economia estadual. As agroindústrias redefiniram e reordenaram seu aparato produtivo e seus mercados. A produção agroindustrial teve seu direcionamento tanto para o mercado interno como para o mercado internacional, com destaque para os setores de carne (especialmente aves e carne industrializadas), café solúvel, óleos vegetais, laticínios, e fiação.

Nessa década o crescimento da produção industrial, segundo Paula e Serra (s/d, p.09), supera o da agricultura. Nessa transição os setores da indústria tradicional (têxteis, madeira, produtos alimentares, mobiliário, bebidas, fumo, etc.), perdem importância relativa na economia estadual, ao mesmo tempo em que os setores mais dinâmicos, elevam sua importância, como pode ser observado na tabela 2.

TABELA 02 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO PIB, SEGUNDO OS PRINCIPAIS SETORES INDUSTRIAIS NO PARANÁ, 1970/ 1980/ 1985/ 1989.

<b>Gêneros</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1989</b>
Minerais não Metálicos	7,2	7,7	5,0	5,6
Metalurgia	3,2	3,2	2,2	2,8
Mecânico	3,3	4,5	5,4	6,4
Materiais Elétricos e Comunicação	0,5	3,6	4,4	6,0
Materiais de Transporte	1,8	2,1	4,0	7,2
Madeira	22,5	15,1	7,2	6,1
Mobiliário	3,9	3,7	1,9	2,5
Papel e Papelão	5,2	6,1	6,1	7,3
Química	7,7	24,4	24,8	19,7
Têxtil	8,5	4,4	3,8	4,8
Produtos Alimentares	23,7	16,1	25,9	18,4
Bebidas	3,0	1,0	1,9	2,0
Fumo	0,2	0,5	2,7	3,0
Outros	9,3	7,6	4,7	8,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IPARDES, 1991/FORTES JUNIOR, 2005, p. 86.

Os setores tradicionais eram responsáveis por 67,0% do PIB estadual em 1970, caindo para 46,9% em 1980, representando, em 1989, apenas 44,10%; enquanto os setores emergentes aumentaram sua participação na composição do PIB do Estado, subindo de 23,7% em 1970 para 45,5% em 1980 e chegando, ao ano de 1989, em 47,7%. Os ramos madeireiros e têxteis foram os que mais diminuíram sua participação na composição do PIB do Estado. O setor madeireiro caiu de 22,5% em 1970, para 6,1% em 1989, representando uma queda de 72,89%. Já o ramo têxtil caiu de 8,5%, em 1970, para 4,8% em 1989, equivalendo a uma queda de 43,5%.

Diante desse quadro podemos afirmar que na década de 1980, apesar do Paraná sofrer os reflexos da crise estrutural que passava a economia brasileira, o Estado do Paraná teve um crescimento qualitativo de suas atividades industriais, enquanto que na década de 1970 o crescimento foi quantitativo. Ocorreu, na década de 1980, uma diversificação dos setores industriais do Estado, incorporando, em seu parque industrial, empresas dinâmicas com maior capacidade de desenvolver a economia paranaense, ultrapassando rapidamente o valor de transformação das empresas tradicionais. Segundo Castro e Vasconcelos (1999, p.11), esses dois grupos de

indústrias (agroindústria e as indústrias intensivas em tecnologia), ao dominar a estrutura industrial do Estado caracterizava a indústria paranaense, crescentemente, como segmento da indústria nacional, sofrendo suas alterações, mas inserindo-se cada vez mais na economia brasileira e internacional. A década de 1980, também, pode ser considerada a década em que se consolidou o parque industrial do Estado do Paraná, servindo de base para a reestruturação econômica no segundo lustro da década de 1990.

#### **4. DÉCADA DE 1990 E O PERÍODO ATUAL: ABERTURA ECONÔMICA, REAJUSTE ESTRUTURAL E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA ENTRE AS MESORREGIÕES DO ESTADO.**

A partir da década de 1990, a economia paranaense atravessou por um processo intenso de diversificação e modernização de sua base produtiva. Com a estabilidade monetária pós-1994 e o retorno do crescimento da economia brasileira, o País passou por um momento extremamente favorável que foi aproveitado pelo estado do Paraná para retomar a trajetória de crescimento acelerado percorrido na década de 1970 e interrompido a partir do início da década de 1980.

Na primeira metade dos anos de 1990 ocorreram grandes mudanças econômicas a nível nacional que refletiu na estrutura econômica do Estado. Conforme Lourenço (2005, p.02), o aprofundamento da abertura econômica, a desregulamentação dos mercados e o início do processo de privatização que ocorreu na economia brasileira no começo da década de 1990, desencadearam um clima recessivo para a economia brasileira. Como as empresas nacionais não foram providas de tempo e de condições técnicas e financeiras pelo governo brasileiro para se prepararem antes da abertura econômica, a combinação entre o clima recessivo e a abertura econômica provocou um movimento defensivo no setor privado, conhecido como reestruturação industrial. A reestruturação incorporou grandes mudanças nas técnicas de gestão e métodos de produção do setor privado, na busca de sobrevivência em uma economia aberta.

Nesse contexto, as empresas brasileiras procuraram se dedicar à introdução de conceitos inovadores de gestão, à racionalização de linhas de produção, à substituição de processos, à importação de equipamentos modernos, à terceirização de linhas de produção, à substituição de processos, à importação de equipamentos modernos, à terceirização de atividades menos rentáveis e à implantação de sistemas de automação e de controle aprimorado de qualidade, entre outros propósitos. (LOURENÇO, 2005, p. 02).

Nessa busca pela reestruturação, a partir de 1995, após a implantação do Plano Real, começa a ocorrer no Brasil uma desconcentração inter-regional da indústria manufatureira, materializada, segundo Lourenço (2005, p.02), pela decisão de construção de novas unidades produtivas em centros de porte médios e grandes dotados por infra-estrutura (física, tecnológica e científica) adequada e situada estrategicamente, mas fora do eixo saturado formado por Rio e São Paulo. Nesse período, também ocorre uma nova onda de investimentos estrangeiros no Brasil em razão da retomada do mercado interno.

Nesse contexto, o estado do Paraná, segundo Lourenço (2005, p. 02/03), utilizou um conjunto de fatores formados por localização geográfica privilegiada, proximidade com o Mercosul e com os maiores centros do País (especialmente São Paulo), boa oferta de infra-estrutura e mecanismos institucionais adequados para a viabilização da expansão e implantação da indústria. Desta forma, foi delineado no Estado um ciclo de

investimentos estruturantes, com destaque para o pólo automobilístico, a modernização da agroindústria, a ampliação quantitativa e qualitativa do complexo madeireiro e papelero, a expansão da fronteira internacional, com inclusão do Mercosul, o melhor aproveitamento das vocações do Estado e o desenvolvimento das aptidões regionais.

Assim, a partir do segundo lustro da década de 1990, a indústria estadual ampliou e diversificou sua capacidade instalada aproximando sua estrutura industrial à estrutura industrial do Brasil. Segundo Nojima (2002, p.29), os efeitos dessa reformulação se refletiram na diminuição da dependência excessiva do complexo da soja e na maior presença do material de transporte nas exportações do Estado: de 42,4% da soja e 4% do material de transporte exportado em 1999 passaram para 33,8% e 22,7%, respectivamente, do total da pauta de exportação em 2001.

Conforme Nojima (2002, p.30), pode-se dividir os ramos industriais do Estado em três grupos: tecnológico, fornecedor, e tradicional.

O Grupo Tecnológico engloba as indústrias intensivas em tecnologia e que possuem elevada escala de produção. Atuam no mercado de bens de capital e de consumo durável e é composto pelos setores da mecânica, eletroeletrônica, telecomunicações, material de transporte e química fina.

O Grupo Fornecedor compõe-se de indústrias com elevada escala de produção, bens homogêneos e processo produtivos contínuos. Abarca as indústrias produtoras de commodities em diversos ramos: extrativa e mineral não-metálicos, da siderurgia e metalurgia, da petroquímica, dos setores agroindustriais, da madeira papel e gráficas.

O Grupo Tradicional abrange setores altamente segmentados, com escala de produção normalmente inferior as dos outros dois grupos e que exige menores gastos com P & D (Pesquisa e Desenvolvimento). Compõe-se pelos setores de bens não duráveis e semiduráveis (alimentos, couro, peles, malharia, confecções, bebidas, mobiliário, moveis, etc.). Na tabela 3, apresentamos a distribuição percentual das unidades produtivas por grupo e a participação de cada grupo na composição do Valor Adicionado do Estado.

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES INDUSTRIAIS E DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DO PARANÁ, 1985-2000.

Grupos Industriais	Distribuição das Unidades Industriais (%)				Distribuição VA (%)			
	1985	1990	1995	2000	1985	1990	1995	2000
Grupo Tecnológico	15,1	24,8	26,0	35,2	20,9	26,0	30,0	29,0
Grupo Fornecedor	42,5	45,5	41,6	38,2	44,2	49,8	43,6	48,2
Grupo Tradicional	42,4	29,7	32,4	26,6	34,9	24,2	26,4	22,8
<b>Total do Estado</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IPARDES, 2003b, p.64.

Os dados da tabela acima revelam que na primeira metade da década de 1990 houve certa gradualidade no crescimento dos três grupos industriais. Já na no segundo lustro da década de 1990, os Grupos Fornecedor e Tradicional apresentaram queda relativa em sua participação na distribuição das unidades industriais do Estado, enquanto que o Grupo Tecnológico teve forte dinamismo, com crescimento de 9,2 pontos percentuais em sua participação. Quanto ao VA a participação do Grupo Tradicional apresentou significativa queda no segundo lustro da década de 1990, enquanto o Grupo Fornecedor elevou sua participação em 4,5 pontos percentuais. Já o Grupo Tecnológico teve apenas 01 percentual de variação (para menos).

Segundo Nojima (2002, p.33), houve, de fato, uma expressiva elevação das inversões na indústria e nos setores de infra-estrutura entre 1995 e 2000. Mas a menor amplitude observada em seus impactos decorreu dos seguintes condicionantes:

- a) forte concentração (em valor) dos investimentos, especialmente no setor automobilístico e, em níveis menores, nos setores madeireiro e agroindustrial, o que restringiu ou não se traduziu em equivalente expansão do número de unidades produtivas;
- b) efetivação de investimentos agroindustrial e madeireiro em unidades de maior porte (com o objetivo de incrementar a escala), o que provocou a eliminação de plantas menores. No que se refere a madeira, o câmbio sobrevalorizado, entre 1995 e 1998, também prejudicou fortemente as atividades das madeireiras de menor porte;
- c) continuidade do ajuste produtivo revelado no fechamento de plantas industriais em diversos setores, em especial nos Grupos Tradicional (alimentos) e Fornecedor (madeira).

Dentro do Grupo Tecnológico o setor automotivo foi o setor que apresentou maior crescimento na década de 1990. Em meados da década de 1990, Segundo Lourenço (2005, p.03), se incorporaram ao pólo automotivo do Estado grandes montadoras de automóveis multinacionais, Renault, Volks/Áudio, Chrysler<sup>4</sup> e, conseqüentemente, um grande número de fornecedores, o que colocou o Paraná em uma posição de destaque na economia brasileira. Além dessas novas plantas instaladas no Estado, o governo também firmou acordo de expansão da capacidade produtiva com a Volvo que, como já foi assinalado anteriormente, já estava instalada na CIC, desde 1970 fabricando caminhões e Ônibus.

O setor automotivo do Estado, conforme Ipardes (2005, p.45), (montadoras, autopeças, cabines, carrocerias e reboques), praticamente duplicou o número de unidades industriais entre os anos de 1995 e 2003, passando de 372 para 500 unidades. Quanto ao número de empregos, o aumento chegou a 176,6%, passando de 8.827 empregados em 1995, para 24.413, em 2003. Após a consolidação do pólo automotivo, esse setor passou a deter maior participação no VAF, passando de 14,85%, em 1995, para 21,25% em 2003, perdendo apenas para o setor de refino de petróleo, que detém 34,44% desse valor.

Na década de 1990, os setores agrícola e agroindustrial, segundo Scatolin e Fruet (2003, p.14), não escaparam das tendências mais gerais de reorganização produtiva já assinalada, tendo se consolidado ramos com maior agregação de valor e capacidade de inserção nacional e internacional. Segundo Lourenço (2005, p.03), ocorreu na década de 1990 uma acentuada verticalização agrícola e agroindustrial, visando a busca de maior agregação de valor à produção primária e a diminuição da comercialização de commodities, com reduzidas margens. Esse processo vem sendo liderado pelas cooperativas que dominam a oferta de matéria-prima do Estado e detêm expressiva parcela da capacidade de industrialização.

Além disso, conforme Lourenço (2005, p.03), essas organizações atuam de forma regionalizada, o que “facilita tanto a identificação de oportunidades, quanto a alocação de recursos de forma mais eficientes em verticalização e integração, junto às regiões produtoras”.

O setor madeireiro e papelero, também dentro do Grupo Fornecedor, tiveram, na década de 1990, segundo Lourenço (2005, p.03), uma expansão quantitativa e qualitativa da capacidade de produção derivada do aproveitamento da disponibilidade de matéria-prima proveniente de reflorestamentos (pinus, eucaliptos e acácia negra) e facilitada pela melhoria da competitividade proporcionada pela mudança do regime cambial em 1999.

Vale lembrar ainda, a expansão da base científica e tecnológica na direção, conforme Lourenço (2005, p.03), da introdução de novos paradigmas, frutos das ações

---

<sup>4</sup> A Chrysler encerrou suas atividades no Estado em 2001.

privadas e públicas, englobando as áreas de gestão, processo e produtos e implicando ganhos de produtividades e de competitividade ao parque produtivo do Estado.

Neste cenário, pode-se perceber que a estrutura produtiva do Estado, tem se diversificado nos últimos anos, especialmente após o segundo lustro da década de 1990, se diferenciando dos ciclos primários e intermediários predominantes no passado. Essas transformações colocaram o Paraná em 2003, conforme dados do IBGE (apud LOURENÇO, 2005, P.04), em quinto lugar entre os estados mais industrializados do País e também lhe propiciaram a quinta posição no ranking nacional de geração de renda, elevando sua participação no total do PIB brasileiro de 5,3% em 1996 para 6,4% em 2003.

Outro aspecto importante da indústria paranaense diz respeito a sua distribuição espacial entre as Mesorregiões do Estado. Há uma concentração da indústria (principalmente dos setores mais modernos da economia) e do emprego na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, especialmente na região Metropolitana Sul, Londrina - Cambé, Maringá – Sarandi e Ponta Grossa – Castro, como pode ser observado na tabela 4 que apresenta a geração de emprego e renda de cada região do Estado. Em 2000, a Mesorregião Metropolitana de Curitiba deteve 64,52% do Valor Adicionado Fiscal (VAF), do Estado, seguida das regiões Norte-Central com uma participação 11,63% e Centro-Oriental com 10,9%. Ou seja, as três Mesorregiões apontadas acima, em 2000, respondiam por 87,05 % do VAF do Estado. Nas regiões Centro-Sul, Centro-Occidental, Norte Pioneiro e Oeste Paranaense, se percebe uma situação de estagnação industrial, as quais, juntas, responderam por apenas 7,24% do VAF em 2000.

TABELA 4 – PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO E DO VALOR ADICIONADO ESTADUAL SEGUNDO MESORREGIÕES E SUB-REGIÕES PARANAENSES, 1990/ 1995/ 2000.

Mesorregiões/Sub-Regiões	Empregos (%)			VA (%)		
	1990	1995	2000	1990	1995	2000
<b>Noroeste Paranaense</b>	3,26	6,06	6,57	1,65	2,08	2,17
Paranavaí Loanda	0,99	1,99	2,32	0,50	0,56	0,88
Umuarama Cianorte	2,27	4,07	4,26	1,15	1,51	1,28
<b>Centro Occidental Par.</b>	1,66	1,94	1,64	2,00	0,82	0,67
<b>Norte Central Par.</b>	19,62	22,92	23,32	15,14	12,73	11,63
Londrina Cambé	11,27	11,94	12,66	7,36	7,42	6,90
Apucarana Ivaiporã	2,56	3,52	3,10	2,14	1,64	1,48
Maringá Sarandi	5,78	7,46	7,57	5,64	3,67	3,25
<b>Norte Pioneiro Par.</b>	3,77	3,18	3,40	3,07	1,58	1,41
Jacarezinhos Santo	2,21	1,91	1,94	0,99	0,98	0,88
Antonio da Platina-C. Procópio Bandeirantes	1,55	1,26	1,46	2,09	0,61	0,52
<b>Centro Oriental Par.</b>	8,59	8,29	7,14	6,44	10,11	10,87
<b>Oeste Paranaense</b>	6,07	6,64	7,85	5,08	4,14	3,24
Cascavel-Foz do Iguaçu	3,25	3,81	4,01	2,20	2,29	1,63
Toledo-M. C. Rondon	2,81	2,83	3,84	2,88	1,85	1,61
<b>Sudoeste Paranaense</b>	3,52	3,23	4,24	1,35	1,85	1,85
<b>Centro Sul Par.</b>	4,78	4,01	4,16	3,57	2,78	1,93
<b>Sudeste Paranaense</b>	4,48	4,50	4,51	1,85	2,06	2,08
<b>Metropolitana de Curitiba</b>	44,26	39,24	37,16	60,01	62,04	64,52
Metropolitana Norte Paranaguá	1,98	1,62	2,17	3,01	3,44	4,84
Metropolitana Sul Curitiba	42,28	37,62	34,99	57,00	58,60	59,68
<b>Total do Estado</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: RAIS/TEM, SEFA, IPARDES – Tabulações Especiais, 2003b.

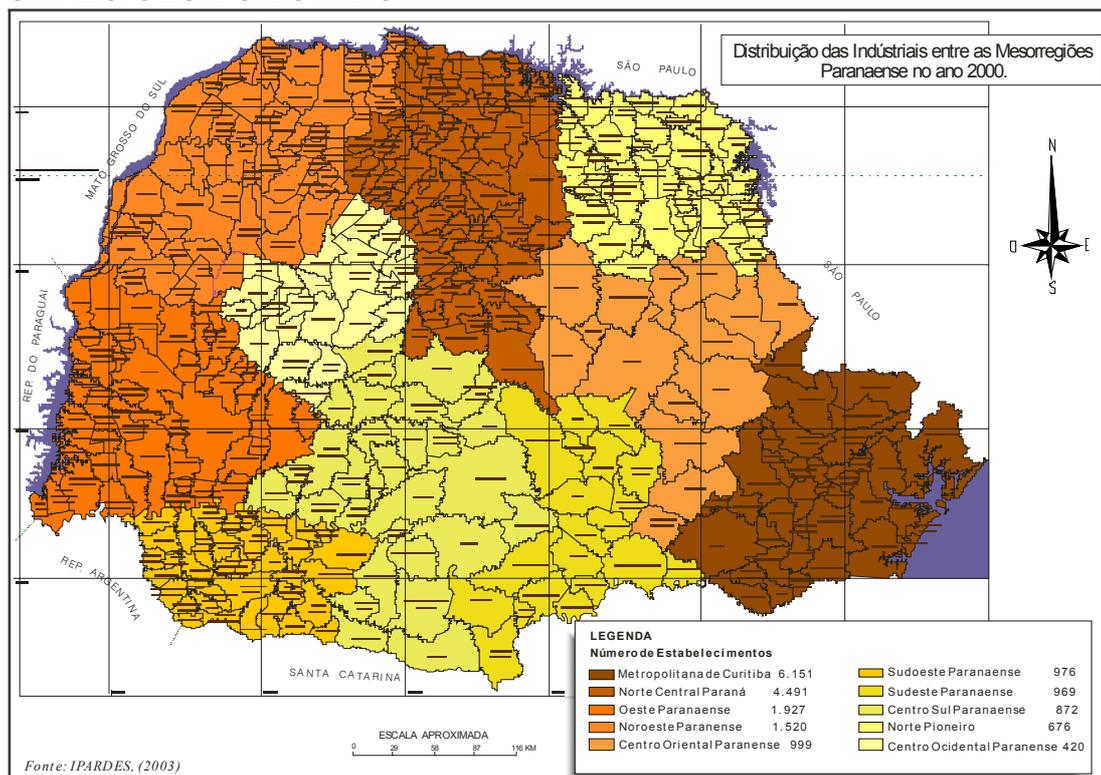
Nota: tabela modificada pela autora.

Os setores mais dinâmicos da economia paranaense, especialmente os pertencentes ao Grupo Tecnológico, estão concentrados na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, que, conforme os dados da SEFA (apud Scatolin e Fruet, 2003, p.14), responderam sozinhas, em 2000 por 88,7% do VAF gerado por esse Grupo, e na região Norte Central, que representa 6,5% deste valor. Outras regiões que localizam algumas poucas indústrias desse grupo são a Mesorregião Oeste paranaense, com indústrias de equipamentos agrícolas e a Mesorregião Norte Pioneiro, onde estão sediadas indústrias que atuam na fabricação de equipamentos para geração e transmissão de energia elétrica.

No entanto, mesmo que determinados setores industriais estejam concentrados em algumas regiões, outros tem suas plantas disseminadas em diferentes regiões do Estado (a maioria ligada ao Grupo Tradicional), a exemplo dos setores sucroalcooleiro, de laticínios e sucos que, segundo Scatolin e Fruet (2003, p.14), estão localizados em sua maior parte no Noroeste do Estado e os setores de óleos vegetais, fiação de algodão e conservas de frutas e legumes que em sua grande maioria se localizam na Mesorregião Centro-Ocidental paranaense.

A agroindústria paranaense, conforme Scatolin e Fruet (2003, p.16), está concentrada fortemente em cinco grupos de indústrias que respondem juntos por 45% do VAF: óleos e gorduras vegetais; cerveja; chope e malte; destilação de álcool e produção de açúcar; abate de aves, bovinos e suínos, preparação de carnes e subprodutos. Quanto a distribuição espacial desse setor, quatro Mesorregiões do Estado concentravam, em 2000, 77% do VAF agroindustrial paranaense. Essa concentração se evidencia ainda mais quando se constata que apenas dez municípios respondem por 54% do total do VAF, conforme segue: Curitiba (12,1%), Ponta Grossa (11,3), Toledo (5,3), Maringá (5,2), Apucarana (4,3) Londrina (4,3), Paranaguá (3,6), Cascavel (2,8), Carambeí (2,7) e Araucária com 2,4%. O mapa 1, a seguir, apresenta a distribuição do número de unidades industriais entre as Mesorregiões do Estado.

MAPA 1 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE UNIDADES INDUSTRIAIS ENTRE AS MESORREGIÕES DO ESTADO



A análise do mapa 01 revela que o setor industrial do estado do Paraná está fortemente concentrado em algumas regiões e a Mesorregião Metropolitana de Curitiba é, sem dúvida, a mais privilegiada entre todas. Embora a Mesorregião Oeste Paranaense se apresente em terceiro lugar em número de unidades industriais, contribui com a quarta posição no total do VAF do Estado, enquanto que a Região Centro Oriental Paranaense que aparece em quinto lugar em número de unidades industriais, ocupa a terceira posição na participação total do VAF estadual. O mesmo ocorre com a região Noroeste que ocupa o quarto lugar em número de unidades industriais, mas o quinto em produção de VA; com a região Sudoeste, que se posiciona em sexto lugar em número de unidades industriais, mas oitava posição em produção de VA; Sudeste com o sétimo lugar em número de unidades industriais, mas em sexto lugar na produção de VAF e a região Centro Sul Paranaense, com oitavo lugar em número de unidades industriais e sétima posição em produção de VAF. O que justifica, em grande parte, algumas regiões com menor número de unidades industriais terem participação no VAF do Estado maior que outras regiões com maior número de unidades industriais é o fato do parque industrial dessas regiões serem compostos por setores com maior ligação com o Grupo Tradicional. O tamanho das unidades industriais que compõem o parque industrial das regiões também pode influenciar na quantidade de VAF produzidos por essas.

Quanto à concentração da atividade industrial na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, segundo Oliveira (2001, p.55), é uma consequência das políticas públicas de industrialização realizada pelo Estado que propiciou grandes incentivos para as indústrias se instalarem nessa região. Desde a década de 1960, já existia forte tendência à concentração espacial da atividade industrial em torno da Região Metropolitana, decorrente das políticas de industrialização desenvolvidas na época que privilegiavam os investimentos públicos, como infra-estrutura de transporte e telecomunicações e a criação da CIC (Cidade Industrial de Curitiba), e também, a instalação das plantas industriais que se deslocavam para o estado do Paraná, nessa região, como a Volvo, por exemplo.

Na década de 1990, com os novos investimentos efetivados no Estado, esse fato veio a confirmar tendência já estabelecida, e resultou numa concentração ainda maior, tanto de capital (pequeno número de empresas monopolistas responsável pela maior parte do valor da produção) quanto espacial, que proporcionou um desequilíbrio na distribuição do desenvolvimento econômico ao restante do estado.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Numa tentativa de síntese pode-se dizer que a industrialização paranaense, decorreu de dois movimentos. Um em decorrência da sua vocação agrícola, pontuada geograficamente que, de acordo com Moecker et al (1998, p.19), se modernizou e foi criando relações com o setor industrial, aquisição de insumos modernos, máquinas e equipamentos agrícolas e fornecendo matérias primas para a indústria e da consolidação de seu complexo agroindustrial que irradia seu efeito dinamizador sobre os outros setores industriais não diretamente ligados ao processamento de produtos agrícolas. E o segundo movimento, foi a ação governamental que internalizou no Estado os chamados setores modernos ou dinâmicos da indústria (mecânica, material elétrico e de comunicação, química, e material de transporte).

As políticas indústrias do Paraná deslançaram a partir da década de 1960. A economia paranaense nessas últimas quatro décadas registrou profundas alterações quantitativas e qualitativas em sua base produtiva. Após a construção de infra-estruturas básicas na década de 1960, da modernização agrícola e agroindustrial, da

implantação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e de uma refinaria de petróleo no município de Araucária, na década de 1970, a industrialização do Estado deslançou nos anos de 1970, e ganhou maior dinamismo nos anos de 1980.

No segundo lustro da década de 1990, a economia paranaense passou por grandes transformações em sua estrutura produtiva após atração, através de mecanismo governamental, de grandes montadoras de automóveis multinacionais e, conseqüentemente, de um grande número de fornecedores que colocaram o Paraná em uma posição de destaque na economia nacional. Em consequência da ascensão de setores com maior conteúdo tecnológico que possuem maior dinamismo econômico (especialmente da indústria de material de transporte e eletromecânica), consolida-se o declínio tendencial das atividades industriais tradicionais. No entanto, a agroindústria paranaense continua como fator de sustentação de grande parte das atividades econômicas no interior do Estado.

Com a modernização do parque industrial do Estado, a tendência, já estabelecida nos anos de 1960, de concentração das atividades industriais mais dinâmicas na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, se evidenciou ainda mais. Nesta região está localizada um núcleo industrial totalmente desproporcional ao restante das outras regiões do Estado do Paraná, tanto em número de unidades industriais e de empregos, quanto no que se refere a produção de renda do Estado. É na Mesorregião Metropolitana de Curitiba que está localizada a maioria dos setores industriais com maior dinamismo econômico, os chamados setores estruturantes. Enquanto que no interior do Estado estão disseminados os setores ligados ao Grupo Tradicional. Desta forma, podemos afirmar que o desenvolvimento industrial do Estado do Paraná ocorreu de maneira diferenciada entre suas Mesorregiões.

## 6. REFERÊNCIAS

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

CASTRO, Demian e VASCONCELOS, José R. **Paraná: economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90**. Brasília: 1999. Texto para discussão, n. 624. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 04/11/2006.

DINIZ FILHO, Luis. **A Dinâmica Regional Recente no Brasil: Desconcentração seletiva com “internacionalização” da economia nacional**. São Paulo, 2000. Tese de Doutorado.

FIEP, Federação da Indústria do Estado do Paraná. **Evolução e Transformações no Perfil Industrial do Paraná**. Curitiba, 2006. Congresso paranaense da Indústria. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br>>. Acesso em 03/11/2006.

FORTES, Paulo de Oliveira Jr. **A Emergência de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e o Padrão de Especialização da Indústria na Região de Pato Branco – Francisco Beltrão / PR: uma análise a partir das fases de desenvolvimento industrial do Paraná**. Curitiba: 2005 (Dissertação de Mestrado).

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjos Produtivos Locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90**. Curitiba: IPARDES, 2003a, 95p. Disponível em <<http://www.ipardes.pr.gov.br>>. Acesso em: Julho/ 2005.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná: Diagnóstico Social e Econômico**. Curitiba: IPARDES, 2003b.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjo Automotivo da Região Metropolitana Sul - Curitiba no Estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2005.

KRUGER, Nivaldo. **Sudoeste do Paraná: História de Bravura, Trabalho e Fé**. Impresso no Brasil: POSIGRAF, 2004.

LOURENÇO, Gilmar M. **Economia Paranaense: Restrições conjunturais e Avanços estruturais**. Curitiba, 1999. Revista FAE, Curitiba, v.2, n.3, set./dez. 1999, p.1-8.

LOURENÇO, Gilmar M. **Economia Paranaense: rótulos históricos e encaixe recente na dinâmica brasileira**. Revista Análise Conjuntural, Curitiba, v.27, n.11-12, p.8, nov/dez. 2005

MILWARD, Wilhelm E. **Implantação da Indústria Automobilística e Novos Contornos da Região de Curitiba**. Curitiba: 1999. Dissertação de Mestrado

MOECKEL, Alexandre et al. **Estágio Atual de Desenvolvimento e Tendências de Cinco Segmentos Industriais da Região Metropolitana de Curitiba, Frente aos Novos Paradigmas Produtivos**. Curitiba: 1998.

NOJIMA, Daniel. **A Indústria Automobilística no Paraná e a Tritec Motores**. Revista Análise Conjuntural, v.28, n.03-04, mar./abr, 2006.

NOJIMA, Daniel. **Crescimento e Reestruturação Industrial no Paraná – 1985/2000**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.103, jul./dez. 2002.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PAULA, Nilson M. e SERRA, Maurício A. **Desenvolvimento Local: A experiência paranaense com os Arranjos Produtivos Locais**. Disponível em: <<http://www.economia.ufpr.br>>. Acesso em 03/11/2006.

SCATOLIN, Fábio D. e FRUET, Eleonora B. (Coord). **Plano de Governo do Paraná 2003-2006: Desenvolvimento sustentável e inclusão social**. Curitiba: 2003. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br>>. Acesso em: 06/11/2006.